

QUESTÕES SOBRE A CATEGORIA TRABALHO: DO SENTIDO ONTOLOGICO À ANTÍTESE CAPITALISTA

Thalles Azevedo Ladeira

RESUMO: Este trabalho se propõe a refletir a respeito do sentido ontológico do trabalho para o homem na sua perspectiva histórica, objetivando com essa discussão apontar a importância histórica do trabalho para o Homem, considerando que é por meio dele que o ser humano foi capaz de alcançar a humanização que lhe é própria. Nesse sentido, este capítulo visa apontar, dentro de uma visão marxista que o trabalho é a categoria fundante do mundo dos homens, portanto é condição social fundamental para assegurar a existência da vida humano-social, por isso chamado de categoria ontológica, isto é, central na vida dos homens, nos levando a compreender que é somente através do trabalho que se efetiva o salto ontológico que eleva a existência humana para além das determinações meramente biológicas, naturais, se construindo um mundo cada vez mais social.

Palavras-chave: Trabalho ontológico, humanização do ser Humano, capitalismo.

Introdução

Pensar em ontologia do trabalho, é essencialmente considerar o trabalho humano como categoria fundante do mundo dos homens, isto é, o trabalho deve ser compreendido como o elemento determinante na construção do próprio homem. A esse respeito, Lukács (1981) vem nos esclarecer que é somente através do trabalho que se efetiva o salto ontológico que eleva a existência humana para além das determinações meramente biológicas, naturais, se construindo um mundo cada vez mais social.

Newton Duarte (2008), por sua vez, vem nos apontar outro aspecto, destacando que o trabalho somente pode ser considerado categoria fundante do mundo dos homens, como estamos aqui defendendo, a partir da interação do homem com a natureza.

Assim, os homens, se diferenciam dos animais, ao trabalharem, enquanto um agir de forma intencionalizada e consciente sobre a natureza, transformando-a ao mesmo passo em que transforma a si mesmo.

Isso fica muito claro nas palavras de Marx e Engels (1979, p. 39-40), em “A ideologia alemã”, ao afirmar o seguinte:

[...] o primeiro pressuposto de toda a existência humana e de toda a história, é que os homens devem estar em condições de viver para poder ‘fazer história’. Mas, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação dessas necessidades. [...] O segundo ponto que, satisfeita essa primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o instrumento de satisfação já adquirido conduzem a novas necessidades - e esta produção de novas necessidades é o primeiro ato histórico. (MARX; ENGELS, 1979, p. 39-40).

Nesse sentido, podemos entender que a partir da transformação da natureza, o ser humano produz uma realidade objetiva, que passa a ser detentora de características humanas, ao adquirir características socioculturais, acumulando a atividade de gerações de seres humanos, gerando a necessidade de se estabelecer outro processo de apropriação, agora não apenas da natureza, mas da apropriação dos produtos culturais da atividade humana, ou seja, a apropriação das objetivações do gênero humano. (DUARTE, 2008, p.24).

Metodologia

O referencial teórico-metodológico utilizado é o do materialismo histórico e dialético que é por si, um método de interpretação da realidade, a partir de uma perspectiva dialética de compreensão dos fenômenos sociais, levando sempre em conta o sistema capitalista e suas conexões com o mundo do trabalho e dos homens, visando não apenas descrever a realidade, mas de igual modo, buscando a sua transformação.

Nos baseamos também em uma metodologia de caráter exploratório-descritivo por meio de análise de conteúdo (BARDIN, 1977), amparado em um estudo de caráter quantitativo e qualitativo de análise dos dados.

Desenvolvimento

É fundamental entendermos que o ser humano, a fim de satisfazer suas necessidades humanas, cria, por intermédio do trabalho, uma realidade humana, significando a transformação tanto da natureza, como do próprio ser humano.

Saviani (1986) de modo muito didático vem reforçar essa discussão com grande clareza nas palavras, cabendo ser aqui destacado:

o trabalho é a base da existência humana, e os homens se caracterizam como tais na medida em que produzem sua própria existência, a partir de suas necessidades. Trabalhar é agir sobre a natureza, agir sobre a realidade, transformando-a em função dos objetivos, das necessidades humanas. A sociedade se estrutura em função da maneira pela qual se organiza o processo de produção da existência humana, o processo de trabalho (SAVIANI, 1986, p. 14).

Tendo clara tal compreensão, cabe apontar que é a partir do processo de objetivação do homem na realidade humana por intermédio do trabalho, que ele humaniza-se, criando, portanto uma realidade humanizada. A partir dessa realidade, é gerado por ele outras necessidades humanas, que exigem nova atividade, em um processo sem fim. (DUARTE, 2008). Tal questão transparece na fala de Duarte (2008), quando afirma que:

Ao produzir os meios para a satisfação de suas necessidades básicas de existência, ao produzir uma realidade humanizada pela sua atividade, o ser humano humaniza a si próprio, na medida em que a transformação objetiva

requer dele uma transformação subjetiva. Cria, portanto, uma realidade humanizada tanto objetiva como subjetivamente. Ao se apropriar da natureza, transformando-a para satisfazer suas necessidades, objetiva-se nessa transformação. Por sua vez, essa atividade humana objetivada passa a ser ela também objeto de apropriação pelo ser humano, isto é, ele deve apropriar-se daquilo que de humano ele criou. Tal apropriação gera nele necessidades humanas de novo tipo, que exigem nova atividade, num processo sem fim. (DUARTE, 2008, p.25).

Com isso, Duarte (2008) está querendo dizer que o ser humano não cria a realidade humana sem antes a apropriação da realidade natural. Isso significa afirmar que o ser humano humaniza-se ao passo em que incorpora a natureza à atividade humano-social. (DUARTE, 2008).

Desse modo, enquanto nos outros seres vivos a relação entre as espécies é determinada pela herança genética, no caso do ser humano, a relação entre os indivíduos e a história social é mediatizada pela apropriação dos conhecimentos objetivados produzidos historicamente. Desse modo se dá o processo de humanização do indivíduo na História.

Chegamos a um ponto importante. Cabe aqui compreender que o trabalho permite ao homem humanizar-se. Esse processo é cumulativo e se dá através da apropriação dos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade. Nesse aspecto, é necessário ter em mente que essa apropriação da significação social no qual estamos aqui nos referindo será sempre um processo educativo.

Nesse sentido, destacamos que o trabalho pode assumir o caráter de “trabalho educativo”, ao passo em que gera a humanização do gênero humano e dos indivíduos, alcançando sua finalidade, quando cada indivíduo singular se apropria da humanidade que é produzida histórica e coletivamente, isto é, quando se apropria dos elementos culturais fundamentais à sua formação como ser humano, indispensáveis para a sua humanização. (DUARTE, 2008, p.34-35).

A fim de ficar mais claro, Duarte (2008) ainda afirma que:

O trabalho educativo é, portanto, uma atividade intencionalmente dirigida por fins. Daí ele diferenciar-se de formas espontâneas de educação, ocorridas em outras atividades, também dirigidas por fins, mas que não são os de produzir humanidade no indivíduo. (DUARTE, 2008, p.37).

Estudos em Ciências Humanas e Sociais no Brasil: Produções Multidisciplinares no Século XXI

Saviani (2003) também apresenta uma contribuição nesse sentido, ao apontar o trabalho educativo como sendo

[...] o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Assim, o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo. (SAVIANI, 2003, p. 13).

É importante deixar claro que o trabalho educativo é fundamental no processo de humanização e emancipação humana, mas o mesmo, em nada se assemelha a engajamentos de teorias neoliberais que visam “humanizar” a educação com práticas mais espontaneistas, que é um marco da pedagogia do “aprender a aprender”.

Nesse sentido, compreendemos que é imperativo ao educador que se comprometa com a verdadeira emancipação, estabelecer uma relação entre sua prática pedagógica com o compromisso histórico de produzir, em cada indivíduo, conforme já apontamos por meio de Saviani (2003) “direta e intencionalmente, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens.” (SAVIANI, 2003, p.13).

Consideramos importante apresentar ainda, uma polêmica a respeito do “trabalho como princípio educativo”, uma vez que não há um consenso por parte dos autores marxistas, a respeito deste tema. Enquanto autores como Tumolo, apoiado em Marx, compreendem que o trabalho como princípio educativo, sob as condições do capitalismo, não educa ninguém, ao contrário. “faz o homem correr dele como corre de uma peste”. (MARX, 2004, p.83). Para autores como Saviani e outros, é possível pelo trabalho e pela cultura, ainda que sob o capitalismo, sob um processo educativo que integre plenamente teoria e prática, ou seja, atingindo a formação omnilateral, emancipar o sujeito.

Por essa razão, autores como Tumolo, consideram que

O trabalho só poderia ser concebido como princípio balizador de uma proposta de educação que tenha uma perspectiva de emancipação humana numa sociedade (...) que, (...), teria superado a divisão e a luta de classes e, por conseguinte, qualquer forma de exploração social. (TUMOLO, 2005, p.22).

Estudos em Ciências Humanas e Sociais no Brasil: Produções Multidisciplinares no Século XXI

Embora seja essa, uma discussão longa e cheia de desdobramentos, nos limitaremos apenas a mostrar que esse debate existe e é atualizado constantemente dentro do meio acadêmico, mas não iremos nos aprofundar nele, devido aos limites deste trabalho e para não fugir dos objetivos específicos que nos propomos.

Até aqui, consideramos o trabalho em seu sentido ontológico. Agora, no entanto, iremos apresentar o trabalho no interior da forma social do capital, que se orienta para fins de acumulo de riqueza para um pequeno grupo em detrimento da superexploração e proletarização laboral da grande maioria, perdendo, portanto o seu caráter humanizador, tornando-se desumanizado, alienado, reificado, submetendo os homens ao mercado capitalista, sendo reconhecido como trabalho abstrato, e é assim que iremos chama-lo ao longo dessa obra.

O trabalho abstrato que é essa atividade assalariada na qual muitos de nós estamos inseridos é em si a redução da capacidade produtiva humana a uma mercadoria, a uma “força de trabalho”, cujo preço é o salário. Nesse sentido, cabe enfatizar que todas as atividades humanas assalariadas podem ser consideradas trabalho abstrato. (LESSA, 2012).

O trabalho abstrato deve ser compreendido como uma necessidade de primeira grandeza para a reprodução do capital e pode ser dividido em trabalhos produtivos e improdutivos.

Embora ambos sejam indispensáveis para a manutenção ampliada do capital, cabe aqui destacar que eles possuem funções sociais distintas: O trabalho produtivo é todo aquele que produz mais valia¹, é aquele que gera as forças produtivas do capital. Na sociedade capitalista, o trabalho produtivo é aquele que se troca por capital, dizendo em outras palavras, é aquele trabalho que se troca por dinheiro. (SANTOS NETO, 2012)

Nas palavras de Marx:

Trabalho produtivo é, portanto, o que, para o trabalhador, apenas reproduz o valor previamente determinado de sua força de trabalho, mas como atividade geradora de valor, acresce o valor do capital ou contrapõe ao próprio trabalhador os valores que criou na forma de capital. (MARX, 1980, P.391).

¹ Mais valia é toda a parte do trabalho que não é paga ao trabalhador e, portanto é apropriada pelo empregador/ proprietário dos meios de produção. Ver em Farias Junior (2014) p. 25

Estudos em Ciências Humanas e Sociais no Brasil: Produções Multidisciplinares no Século XXI

A fim de deixar claro para o leitor a diferença entre trabalho produtivo e improdutivo, é fundamental ratificar que o trabalho produtivo é aquele que produz mais valia, que gera riqueza para o sistema do capital. A produção de mercadorias na fábrica FoxConn, por exemplo, na China, que produz por dia milhares de componentes eletrônicos como telefones celulares da Apple e Sony, televisão, videogames etc., e que não por acaso é o *locus* de trabalho de maior incidência de suicídios no mundo, em função das condições de superexploração trabalhista, pode ser destacada como um ótimo exemplo de trabalho produtivo.

Já o trabalho improdutivo é aquele que não necessariamente produz riqueza para o sistema do capital. Em relação a ele, Marx (1980) escreve:

Uma cantora que vende seu canto por conta própria é um trabalhador improdutivo. Mas, a mesma cantora, se um empresário a contrata para ganhar dinheiro com seu canto, é um trabalho produtivo, pois produz capital. (MARX, 1980, p.396).

Outro bom exemplo de trabalho improdutivo é o trabalho de um alfaiate, que produz uma calça sob encomenda para uma pessoa. Este trabalho qualifica-se como improdutivo, pois para o capital, não há sinal de extração de mais valia e de geração de lucros. Contudo, quando este mesmo operário produz para uma empresa capitalista, aí o trabalho se torna produtivo.

Nas próprias palavras de Marx (1980):

Compro o trabalho de alfaiate em virtude do serviço que presta como trabalho de alfaiate, para satisfazer minha necessidade de vestuário, ou seja, uma das minhas necessidades. O dono da alfaiataria compra-o para fazer 2 tâleres com 1. Compro-o por produzir determinado valor de uso, por prestar determinado serviço. Ele o compra por fornecer mais valor de troca do que custa como simples meio de permitar menos trabalho por mais trabalho. (MARX, 1980, p.397).

Ou seja, se no primeiro caso, ocorre um gasto com consumo pessoal de quem compra o serviço do alfaiate e o produto que por ele foi produzido, no segundo caso, o que fica claro é um meio de produzir mais dinheiro para o capitalista. Portanto, como forma de exemplo, o primeiro caso, pode ser considerado trabalho improdutivo e no segundo, trabalho produtivo.

Um terceiro exemplo de trabalho improdutivo, a fim de não restar dúvidas em relação a essa discussão, é o trabalho do professor, em especial, o desenvolvido em escola pública que, dentro da lógica capitalista, é um trabalho que, por sua vez, não traz lucro a qualquer empregador. Portanto, por não trazer nenhum tipo de retorno a quem o emprega, pode ser considerado trabalho improdutivo. (CARISSIMI; LIMA; MARTINI, 2008).

Na última citação de Marx (1980), apresentada logo acima, aparecem dois outros importantes conceitos para entendermos o mundo do trabalho, que são: o valor de uso e o valor de troca.

O valor de uso é “o estágio natural do valor de uma mercadoria” (MACHADO, 2010, p.89) e o valor de troca, por sua vez, é “o estágio modificado do valor de uma mercadoria” (MACHADO, 2010, p.89). Nesse sentido, o valor de uso de uma mercadoria é de modo bem simples, a utilidade que aquela mercadoria possui. Nas palavras de Marx: “a utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso”. (MARX, 1988, p.46), enquanto o valor de troca é a equivalência de uma mercadoria em relação à outra, desde que tenha demandado o mesmo tempo do trabalhador para produzi-la. A própria força de trabalho pode ser considerada um valor de troca, na medida em que em trocamos nossa mão de obra qualificada pelo salário (valor de troca).

É importante termos essa compreensão do valor de uso e valor de troca no mundo da mercadoria para não perdermos de vista, em nossa discussão, que o trabalho, no capitalismo, sempre será considerado uma mercadoria, uma vez que o proprietário da força de trabalho (proletário) vende os seus serviços (mão de obra) ao mercado, em troca de salário. (MACHADO, 2010)

Nesse sentido, o trabalho do professor dentro do capitalismo, também é considerado uma mercadoria. Aliás, é difícil dizer o quê, dentro do sistema do capital, não pode ser convertido em mercadoria. A própria educação tem se caracterizado de forma crescente como uma mercadoria, a fim de satisfazer as necessidades fecundas de crescimento do acúmulo de riquezas no capitalismo.

Sobre essa questão, é indispensável citarmos mais uma vez Marx (2004) ao descrever de forma crítica como se dá essa relação do trabalhador com o seu trabalho dentro dos moldes capitalistas da seguinte maneira:

[...] o trabalhador só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si (quando) fora do trabalho e fora de si (quando) no trabalho. Está em casa quando não trabalha e, quando trabalha, não está em casa. O seu trabalho não

é portanto voluntário, mas forçado, trabalho obrigatório. O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele. Sua estranheza (*Fremdheit*) evidencia-se aqui (de forma) tão pura que tão logo inexiste coerção ou qualquer outra, foge-se do trabalho, como de uma peste [...]. (MARX, 2004, p.83)

Quando Marx afirma que o trabalhador *foge do trabalho como de uma peste*, fica claro para nós, mais uma vez, que, embora o trabalho em seu caráter ontológico seja à base da sociabilidade humana, ou seja, caracteriza-se como sendo o fundamento do ser social, dentro dos parâmetros capitalistas ele sempre se apresentará para os pertencentes à classe trabalhadora, atravessado de precarização e superexploração.

Desse modo, já podemos dizer que o trabalho possui um sentido ideológico, do ponto de vista marxista, dentro do capitalismo, quando assume o caráter de trabalho abstrato, que é produzir riqueza, gerar lucros para uma pequena minoria de burgueses, que vão enriquecer em função da exploração do trabalho daqueles que, conforme já afirmamos, vendem sua força de trabalho para poderem sobreviver; ou seja, uma finalidade teleológica radicalmente diferente do trabalho quando está voltado para o seu sentido ontológico, que é, de modo geral, o da humanização do ser humano, conforme já apontamos.

Considerações finais

Diante da totalidade de sentidos que assume a categoria trabalho, fica claro, primeiramente sua importância tanto para a composição do próprio ser humano naquilo que ele é, como gênero humano, e também para a manutenção do próprio sistema do capital, ao qual aqui tecemos críticas.

Deve ficar claro também que o trabalho dentro da sociedade capitalista não representa uma escolha, mas uma imposição (JUNIOR, 2014), que, dentro do capitalismo, nos submete a condição de sermos medidos pelo quanto nós temos, portanto, aquele que não possui um trabalho e, consequentemente, uma renda, é considerado como inútil para o capital.

É por essa razão que Marx (2004) afirma que “O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência

dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” (MARX, 2008, p.47).

É nesse sentido que minha análise caminha na perspectiva de procurar entender as relações do ser humano com o trabalho, dentro do capitalismo, cujas condições são de aviltamento e subalternidade, uma vez que para garantir a si o direito de *ser* e *existir* nessa sociedade do consumo, se submete a trabalhos aviltantes e na medida em que garantem para si a sobrevivência cotidiana, atendem exatamente as necessidades do capital.

Referências Bibliográficas

CARISSIMI, D.K.W.; LIMA, Maria Odila Finger Fernandes; MARTINI, Rosa Maria Fillipozzi. Trabalho docente: um trabalho alienado. Revista da FACED (IMPRESSO), v. 13, p. 13-31, 2008.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.

DUARTE, Newton. Sociedade do Conhecimento ou Sociedade das Ilusões?: Quatro ensaios crítico-dialéticos em filosofia da educação. 1^a ed., Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

JUNIOR. Raimundo Sérgio de Farias. A precarização do trabalho e o adoecimento docente em instituições de ensino superior privadas/mercantis. Tese apresentada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará. Belém, 2014.

LESSA, S. Mundo dos homens: Trabalho e ser social. Instituto Lukács. 3^a ed. São Paulo. 2012.

LUKÁCS, G. Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo. Ciências Humanas. 1981.

MACHADO, Evandro José. Considerações em torno da obra O Capital de Karl Marx no que tange à mercadoria, valor e trabalho. Kínesis (Marília), v. II, p. 89-102, 2010.

MARX, K. Teorias da Mais-valia: história crítica do pensamento econômico (Livro IV de O capital). Vol.1. São Paulo: Civilização Brasileira, 1980.

***Estudos em Ciências Humanas e Sociais no Brasil: Produções
Multidisciplinares no Século XXI***

MARX, K. O Capital: crítica da economia política. (Volume 1) Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1988.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política. 2^a ed.; São Paulo: Expressão Popular. 2008.

MARX, K. O Capital: livro 1. São Paulo: Nova Cultural, 1985. V. 2.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. A ideologia alemã. São Paulo, Ciências Humanas. 1979

SAVIANI, D. O nó do ensino de 2º grau. Bimestre, São Paulo: MEC/ INEP – CENAFOR, n. 1, out. 1986.

SAVIANI, D. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. Campinas-SP: Autores Associados, 2003.

SANTOS NETO, A. B., Trabalho produtivo e trabalho improdutivo nas teorias da maioria de Karl Marx. (UFSC. Online), v.6, p.6-12, 2012.

TUMOLO, P. S. O trabalho como princípio educativo e o trabalho na forma social do capital. In: Congresso Internacional Educação e Trabalho, 2005, Aveiro. Congresso Internacional Educação e Trabalho - Representações sociais, competências e trajectórias profissionais, Universidade de Aveiro, Portugal, 2005.